

LITERATURA, HISTÓRIA E SILENCIAMENTO
EM A *RESISTÊNCIA* DE JULIÁN FUKS

LITERATURA, HISTORIA Y SILENCIAMIENTO
EN A *RESISTÊNCIA* DE JULIÁN FUKS

LITERATURE, HISTORY AND SILENCING
IN A *RESISTÊNCIA* DE JULIÁN FUKS

FRANCISCO FIANCO¹

RESUMO: O presente texto tem como tema a intersecção entre fato histórico e drama familiar presente no romance *A resistência*, de Julián Fuks. A narrativa, que margeia sempre pela autocompreensão psicanalítica e as cicatrizes deixadas na sociedade pelos regimes de exceção latino-americanos, tematiza a relação da família com um filho adotado, órfão da ditadura, e é narrado pelo irmão mais novo, que tenta desvendar a origem de seu irmão ao mesmo tempo em que os conflitos familiares vão tornando insustentável aquilo que não é dito no seio familiar. A par disto, nossa investigação vai tentar entender a história oficial como um espécime de apagamento ao mesmo tempo que ver a narrativa literária como o espaço de emergência de uma outra história, ainda que esta não tenha relação com o fato histórico como entendido tradicionalmente, e sim um compromisso com a verdade subjetiva dos sujeitos envolvidos. Para tanto, usaremos como principais subsídios teóricos os textos Walter Benjamin sobre o conceito de história, o texto de Maurice Blanchot sobre o espaço literário e as reflexões sobre história e ficção de Jacques Rancière.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura argentina; resistência; silenciamento; Julián Fuks; literatura latino-americana.

RESUMEN: El presente texto tiene como tema la intersección entre el hecho histórico y el drama familiar presente en la novela *A resistencia*, de Julián Fuks. El relato, que siempre bordea la autocompreensión psicoanalítica y las cicatrices dejadas en la sociedad por los regímenes de excepción latinoamericanos, tematiza la relación de la familia con un hijo adoptivo, huérfano por la dictadura, y es narrada por el hermano menor, que intenta desentrañar el origen de su hermano al mismo tiempo que los conflictos familiares están haciendo insostenible lo que no se dice dentro de la familia. Junto a ello, nuestra investigación intentará comprender la historia oficial como un ejemplar de borradura, entendiendo el relato literario como el espacio de emergencia de otra historia, aunque esta no tenga relación con el hecho histórico tal como se entiende tradicionalmente, y más bien un compromiso con la verdad subjetiva de los sujetos implicados. Para ello, utilizaremos como principales subsidios teóricos los textos sobre el concepto de historia de Walter Benjamin, el texto sobre el espacio literario de Maurice Blanchot y las reflexiones sobre historia y ficción de Jacques Rancière.

PALABRAS CLAVE: dictadura argentina; resistencia; silenciamiento; Julián Fuks; literatura latinoamericana.

¹ Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialização em Psicanálise Contemporânea pela FAAP de São Paulo. Professor de PPG-Letras na Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). Passo Fundo (RS), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4839-6759>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2124983929639021>. E-mail: fcofianco@upf.br.

ABSTRACT: The present text has as its theme the intersection between historical fact and family drama present in the novel *A resistência*, by Julián Fuks. The narrative, which always borders on psychoanalytic self-understanding and the scars left in society by Latin American exception regimes, thematises the family's relationship with an adopted son, orphaned by the dictatorship, and is narrated by the younger brother, who tries to unravel the origin of his brother at the same time that family conflicts are making unsustainable what is not said within the family. Alongside this, our investigation will try to understand the official history as a specimen of erasure, while seeing the literary narrative as the space for the emergence of another history, even if this has no relation to the historical fact as traditionally understood, and rather a commitment to the subjective truth of the subjects involved. To do so, we will use as main theoretical subsidies Walter Benjamin's text on the concept of history, Maurice Blanchot's text on literary space and Jacques Rancière's reflections on history and fiction.

KEYWORDS: Argentine dictatorship; resistance; historical silencing; Julian Fuks; Latin American literature.

1 INTRODUÇÃO

As feridas das ditaduras latino-americanas ainda se encontram abertas, se não oficialmente, como no caso do Brasil e sua lei de anistia, pelos menos no seio das famílias que tiveram o contato com estas experiências de terrorismo de estado que forma o padrão em quase a totalidade dos países deste pedaço do sul do mundo. Mas nem sempre aquilo que é um trauma histórico se apresenta com tanta propriedade e profundidade como na obra *A resistência*, de Julián Fuks, que é o tema deste artigo.

Uma das primeiras questões a serem abordadas é a polissemia do título, uma vez que resistência possa ser entendida como ação política, mas igualmente como conceito psicanalítico. E esta intersecção entre o que coletivo e social, na perspectiva histórica e política, e aquilo que é subjetivo e particular, como as questões psicanalíticas e familiares, é o fio de navalha sobre o qual nossa análise vai tentar entender a narrativa de Fuks. Claro que ao falarmos de literatura contextualizada em um período histórico que aliás se relaciona intimamente com a história de vida do autor, é bastante tentador pensar o caráter documental e autobiográfico da narrativa. Mas tentaremos ao máximo resistir a essa tentação e, escorados em autores como Benjamin, Blanchot e Rancière, perceber na obra uma verdade literária mais eloquente do que a verdade histórica, justamente porque esta, contada sempre pelos vencedores, presta-se a um sem número de silenciamentos e abismos que são justamente o nó que motiva a narrativa.

Assim, no primeiro momento, vamos traçar a relação do autor com a ditadura argentina e o conceito de resistência para, então, passarmos à discussão sobre os limites entre literatura e história. A última parte de nosso texto pretende contextualizar o romance, retomando algumas de suas linhas gerais, e explicitando trechos eloquentes sobre as questões mais densas tematizadas ali, sem, de forma alguma, pretender ser uma análise exaustiva e definitiva, o que seria impraticável em se tratando de obra tão densa e de assunto tão vasto. A perspectiva aqui adotada será de uma abordagem que, do ponto de vista dos tropos literários, metafórica, ou

seja, implica a possibilidade de que determinado acontecimento, neste caso a dinâmica familiar do narrador, possibilite o entendimento de outro acontecimento a ditadura argentina e as suas consequências não apenas político-sociais, mas também subjetivas e pessoais (White, 1994). Ainda neste sentido, o texto se coaduna com a perspectiva de que, por vezes, as normas jurídicas não sejam capazes de apreensão do todo do real, deixando lacunas dentre as quais se torna possível a linguagem como jogo, espaços nos quais áreas que tangenciam o direito, como em nosso caso a literatura, podem contribuir para a compreensão, ainda que sempre fragmentária, do real, mediante sua capacidade poética e metafórica (Silas Filho, 2029).

2 JULIÁN FUKS, A DITADURA ARGENTINA E O CONCEITO DE RESISTÊNCIA

Julián Fuks é um escritor e crítico literário de origem argentina nascido em São Paulo em 1981, Doutor em Teoria Literária pela USP, em 2016, com a tese *História abstrata do romance*, e ganhador do Prêmio Jabuti em 2016, pela obra *A resistência* (2023). É, na condição de ser limítrofe, um agudo observador da realidade social, e a tematiza de maneira sublime e mesmo brutal, como vemos nesta obra em questão, uma narrativa sobre os reflexos familiares e pessoais da barbárie sociopolítica das ditaduras latino-americanas. Enquanto pertencente a uma segunda geração de expatriados, pois ele mesmo não sofreu as torturas e perseguições do regime militar argentino, Fuks é o que se pode chamar de herdeiro do trauma familiar, que lhe é passado mediante a narrativa intergeracional, através do testemunho pessoal de familiares e amigos, desenvolvendo aquilo que pode ser chamado de pós-memória (Hirsch, 2023). Isso vai por um lado obrigar a narrativa como mecanismo de esclarecimento deste passado assombroso e por outro dificultar a narrativa, pois é complexo o mecanismo de narrar o que não se viveu mas que ao mesmo tempo faz parte do sujeito da mesma forma uma vez que faça parte da sua história familiar. Aqui, especulamos, está a lacuna entre experiência pessoal e historicidade dentro da qual se permite brotar a narrativa literária.

Sua posição crítica, sua produção que tangencia simultaneamente a observação política e a composição literária lhe valeram perseguições e ataques nas redes sociais não em relação a esta narrativa sobre a ditadura argentina, e sim em relação a suas observações sobre a recente ascensão do fascismo e do pensamento reacionário de direita e extrema direita no cenário político e social brasileiro (Fuks, 2023).

Esta obra, *A resistência*, aborda os conflitos psicológicos e familiares causados pela prática comum na Ditadura Argentina (1976-1983) de tirar das mães perseguidas e presas políticas seus filhos e dar estas crianças em adoção a outras famílias, de modo que a situação em si já complexa da adoção termina por se tornar ainda mais esmagadora por ter sido originada em uma violência institucionalizada como o terrorismo de estado. Este regime de

exceção na Argentina criou pelo menos 364 campos de concentração e triagem, bem como centros clandestinos de detenção e extermínio, sediados tanto em prédios públicos como em espaços privados, juntamente a instalações militares e prisionais regulares, nos quais as pessoas, muitas com pouca ou nenhuma ligação com a luta armada ou a militância política, eram mantidas sequestradas sem acusação formal e sem que suas famílias tivessem qualquer esclarecimento ou informação sobre seu paradeiro (Sader; Jinking, 2006).

Esse desaparecimento em massa de crianças e mesmo de seus pais deu surgimento a dois movimentos populares muito importantes no panorama sociopolítico latino-americano, o das Mães da Praça de Maio e o das Avós da Praça de Maio, ambos em 1977, ano seguinte ao início da Ditadura Militar Argentina, que lutavam pela recuperação das crianças retiradas de seus pais perseguidos e entregues muitas vezes às próprias famílias dos perseguidores (Sader; Jinking, 2006). Estima-se que cerca de 30 mil pessoas tenham sido assassinadas ou tenham desaparecido durante o terrorismo de estado, embora as autoridades oficiais reconheçam documentalmente apenas o número de 8571 mortos, gerando uma polêmica imediata quando estes dados vieram a público em 2016 (Exame, 2023). A descrição feita por Fuks do Museu da Memória dá vida e humanidade aos corredores sinistros e de um vazio esmagador:

Não há nada, não há quase nada, a sala é feita apenas de velhas fotos alinhadas, imagens de mulheres desaparecidas, os clássicos retratos em branco e preto das vítimas da ditadura militar. Sorriem, estas jovens: há um sensível esforço de flagrá-las em momentos de alegria, de captar algum relance de felicidade, ainda que em poucos meses elas venham a ser capturadas com violência, submetidas ao suplício costumeiro mesmo estando grávidas, nutridas com o mínimo para gestar a criança, obrigadas a dar à luz em condições deploráveis (Fuks, 2015, p. 77).

Estas jovens são as mães das crianças desaparecidas, passadas de mãos em mãos entre os apoiadores do regime e os militares, como mercadorias valiosas, que terão a sorte de ser adotadas e o azar de ter que conviver com esta lacuna, esta incerteza, esta violência. Nesse sentido, frente a tamanha barbárie, tocante ao indizível, o que pode se considerado resistência?

Em Psicanálise, resistência é originalmente entendida como *Widerstand*, ou seja, tudo aquilo que, no processo de análise, protege ou impede o acesso ao inconsciente e aos desejos ali recalçados, uma posição que tenta impedir o acesso ao Inconsciente. Porém, na mesma medida que entrava o acesso, paradoxalmente, destaca o que há de mais importante a ser escondido (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 458). Interessante destacar que, neste sentido afirmativo, a resistência pode significar, entre outros mecanismos, um eterno retorno do recalçado (Chemama, 1995, p. 192), ou seja, em um ambiente desfavorável, a compulsão repetitiva de se criar vida, a maneira de, ao contrário de todos os indícios exteriores e conselhos da realidade, insistir em amar, viver e florescer.

Mas resistência pode também ser entendida, em outro aspecto, como um mecanismo de defesa do sujeito em relação a algo desagradável ou mesmo terrível no sentido de impedir que este elemento dissonante chegue à consciência, ou seja, a resistência tem a função de impedir que o indizível seja reconhecido enquanto tal. Em outras palavras, a resistência impede o acesso a perigos antigos, e com isso impede igualmente o acesso à cura, pois não possibilita que o incômodo original seja revelado, justamente porque o próprio processo de cura ou de desvelamento é entendido pelo sujeito com um novo perigo ou o reavivamento daquele perigo original. A crueza dessa circunstância é descrita pelo autor dessa forma:

Meu pai nunca me quis, nunca quis ter nenhum de seus filhos. [...] Em nada me surpreende essa sua resistência. [...] Como pode engendrar uma vida aquele cujo tempo o terror interdita, aquele que desconfia da mera iminência de um dia novo, de qualquer porvir, aquele que a cada noite sente, prenunciada nos calafrios, a fragilidade própria do corpo, a fugacidade provável da vida? (Fuks, 2015, p. 31).

Por outro lado, politicamente, Resistência é entendida como movimento popular, armado ou não, de oposição a um governo totalitário ou a um estado de exceção, ou seja, não mais um esforço individual e psicológico de fazer frente às ameaças de uma realidade obsediante, mas um movimento coletivo, múltiplo, de oposição a barbárie de estado, à violência institucionalizada por um governo assassino. Não significa isso que esteja ausente daí toda aquela dimensão interna dos sujeitos, e sim que dela se depreenda a ação social, a manifestação coerente de sua inadequação ao que está dado e estabelecido. E tal tarefa de vida aparece no romance de Fuks da seguinte forma:

É preciso aprender a resistir. Nem ir, nem ficar, aprender a resistir. [...] Resistir: quanto em resistir é aceitar impávido a desgraça, transigir com a destruição cotidiana, tolerar a ruína dos próximos? [...] é preciso aprender a resistir, mas resistir nunca será se entregar a uma sorte já lançada, nunca será se curvar a um futuro inevitável. Quanto do aprender a resistir não será aprender a perguntar-se? (Fuks, 2015, p. 65).

Não apenas oposição política reativa, como também a tomada de protagonismo em relação a própria história individual e coletiva, de maneira que um conceito ético possa se tornar igualmente uma ação estética, através da qual, neste caso aqui através da literatura, do compromisso ético-estético do fazer literário, o narrador tematize de seu contexto toda uma falência do tecido social, uma crise complexa de valores, um mundo no qual a fora e o poder, o uso covarde da força e o abuso do poder, desestruturam as tramas da realidade a ponto de exigir a intervenção da narrativa literária como mecanismo de oposição e resignificação, aproximando literatura e psicanálise na medida em que para ambas, a capacidade de simbolização na linguagem seja possibilidade de apaziguamento e significação. Ou, nas palavras de Bosi: “Resistir é opor a força própria à força alheia” (Bosi, 1996, p. 11). Resistir é uma ação específica ao ato de se opor a uma opressão, sem o poder ou, neste caso, sem o seu

abuso, não há necessidade de resistência, na medida, portanto, que o poder seja algo intrínseco às relações humanas, resistir é uma forma de estar no mundo e que não se dá apenas em momentos de exceção, se dá no cotidiano da vida, ainda que nos momentos de exceção esta resistência se torne ao mesmo tempo mais visível e mais urgente (Foucault, 2008).

Ainda que apareça aqui em nosso objeto de análise de forma violenta, governar é um mecanismo sutil, que visa a criar comportamentos de cooperação, formas de conduta, de modelos de subjetivação colaboracionistas e submissos, pois, sem resistência não haveria a necessidade de repressão. Neste contexto porém, resistir não é apenas pegar em armas ou manifestar-se politicamente, e sim o desenvolvimento de modos de subjetivação incompatíveis com a forma pela qual o terrorismo de estado se desenvolve. No mundo totalitário da plena concordância tudo funciona de maneira rígida e disciplinada, é uma sociedade coletiva e reprodutiva, de forma que a primeira coisa que deve ser eliminada é o imponderável, o autônomo, o criativo, artístico, toda potência de vida é caçada e eliminada, pois este regime se alimenta de uma feroz pulsão de morte, e nada que lembre a vida será tolerado (Aspis, 2023). Este é o problema das ditaduras em relação à arte e à cultura, nesse caso especial a literatura, elas descortinam, em seu potencial criativo, a incoerência absurda dos sistemas totalitários de governo, trazendo dissonância ao que estava parcamente organizado, o castelo de cartas da sociedade totalitária não resiste ao sopro artístico da indomável humanidade. Criação (de cultura, de crianças) é existência na dimensão da re-existência, da insistência em fazer progredir a vida.

3 A NARRATIVA NO LIMITE TÊNUE ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA

Nossa abordagem da resistência como conceito nos coloca aqui em uma área limítrofe: enquanto conceito sociopolítico ela se dá como conceito macrohistórico, enquanto conceito psicanalítico ela se desenvolve como psicodinâmica das relações familiares. Mas essa dicotomia talvez seja uma falsa oposição, se atentarmos para a necessidade, como colocada por Benjamin, de “escovar a história a contrapelo” (2012, p. 245) para poder perceber os impactos que os fatos históricos têm sobre as vidas pessoais e cotidianas das pessoas, das famílias, pois: “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie” (Benjamin, 2012, p. 245). Quando falamos em dados absolutos e estatísticas de mortos e desconhecidos fica fácil esquecer que cada uma destas pessoas era um filho, um amigo, um irmão, um pai, e aqui se descortina todo o potencial devastador da narrativa de Julián Fuks, o de emprestar rosto, voz, entranhas e dor a acontecimentos políticos latino-americanos que são de uma barbárie indizível

As teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin aparecem aqui para lembrar que a História com letra maiúscula, a chama história oficial, é escrita sempre pelos vencedores,

e ela se desenvolve mesmo sempre como um mecanismo de dominação, como a narrativa fabulosa de um sem número de violências de vítimas anônimas e silenciadas, conforme nos ensina Benjamin: “Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele [o anjo da história] vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés” (Benjamin, 2012, p. 246, grifos do autor). Não se trata portanto de conhecer o passado “como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 2012, p. 243). Obviamente não há maneira de mudar o passado ou reescrever a história, e sim de adicionar a ela uma multiplicidade maior e mais democrática de narrativas e, sobretudo, alertar para que os perigos do passado jamais se repitam no futuro, pois o silenciamento e a distorção narrativa renovam a violência sofrida pelas vítimas, uma vez como agressão e uma segunda vez como esquecimento, retira dos mortos a própria possibilidade de serem lembrados. Nas palavras de Benjamin: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E este inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin, 2012, p. 244, grifo do autor). Aqui a história, ou mesmo a narrativa histórica, estabelece definitivamente sua relação com a morte, com o tempo que é finitude e que não voltará jamais, os mortos jamais se levantarão novamente para receber a justiça que merecem, cabe a este esforço limítrofe entre a política e a literatura salvaguardar a dignidade de que não sejam esquecidos.

Mas isso não quer dizer que a literatura seja um documento de pretensões históricas, que queira revelar as coisas como foram ou que ganha a sua força apenas quando e se estiver politicamente engajada ou historicamente acurada. Jacques Rancière (2005), ao falar da relação entre literatura e história em *A partilha do sensível*, observa que a literatura tem independência em relação à dita realidade, pois os enunciados poéticos são efeitos reais e não apenas reflexos do real, ou seja, a literatura não imita o mundo, ela cria mundos ao ser composta e elaborada, de maneira que possamos talvez entrever que o efeito é contrário, mais facilmente a literatura transforma o mundo através das sensibilidades humanas do que o mundo cria novas formas literárias ou narrativas “reais”. Aliás, mais uma vez podemos inverter aqui as variáveis: a própria história é ficção, e apenas a sua pretensão de historicidade é científica. Por mais exata ou positivista que se pretenda a história, ela será sempre fabulação parcial que poeticamente preenche as lacunas do tempo pretérito, narrativa como manifestação interpretativa de sentido dos eventos passados não como forma, mas como os sujeitos, as sociedades, as culturas, os perceberam. A racionalidade ficcional é forma de interpretação de uma época.

Ao postular a superioridade da poesia sobre a história, Aristóteles aponta para o fato de que o conceito de ficção não corresponde exatamente ao de mentira, e que o que a mimese

extraí do mundo não é a semelhança e sim a verossimilhança, pois se de semelhança se tratasse não seria necessária a arte nem a narrativa (Rancière, 2005). Aqui se opera no regime estético, superação do regime ético que joga sobre a produção cultural o véu da normatividade, agora a cultura, e com ela a literatura, desvela os elementos subjacentes aos conflitos sociais, borrando os limites entre as razões ficcionais e as razões dos fatos: a literatura (e depois o cinema) não são ficção como engodo e sim desvelamento estético das antinomias de um determinado momento histórico-social, estabelecendo uma equivalência entre os signos do romance e os fenômenos da civilização. Isso não equivale, obviamente, a dizer que tudo é ficção e sim que no regime estético o limite entre ficção e historicidade é muito tênue, o que desobriga a literatura de fazer esta marcação de forma consciente e elaborada. Mas aqui o autor faz uma importante ressalva:

Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre a apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social (Rancière, 2005, p. 58).

Portanto, o caminho inverso é igualmente verdadeiro: formas de sensibilidade estética e argumentações literárias criam novas formas de identificação social e de ação política, interferem no real e se apropriam dos anônimos como veículos de organização dos discursos sobre o visível e o invisível em níveis determinados de intensidade (Rancière, 2005, p. 59). O ser humano, enquanto um animal político, é igualmente um animal literário: a literatura não cria corpos políticos, mas insere nos corpos já existentes linhas de fratura, por isso é sempre perseguida politicamente, e sempre, como veremos nesta narrativa de *A resistência*, politicamente relevante. Ou, nas palavras do próprio Julián Fuks:

Romance e testemunho se fundem ou se confundem como poucas outras vezes. O romance se faz um gênero híbrido, se aproxima do ensaio, da reportagem, da autobiografia, do relato historiográfico, dessas outras formas que já lhe pertenciam, mas assemelhando-se a elas como em nenhum outro tempo (Fuks, 2017, p. 82).

Da mesma forma, Maurice Blanchot (1987) esclarece que o texto literário, longe de poder ser entendido meramente como um belo arranjo harmônico portador de uma determinada verdade deve ser sim entendido como uma polifonia, ou seja, um espaço de crise e de multiplicidade, um espaço simultâneo de saber e não saber, de desarmonia, risco e abismo. Desta maneira, ela se torna autossuficiente, e não apenas um decalque do mundo, ela é plural porque abre mão da verdade sobre o mundo para dar conta de sua própria verdade frágil e ambígua. Nesse sentido, ela não mais representa o mundo, ela apenas é, podendo ser boa ou ruim, acabada ou inacabada, agradável ou desagradável, mas fora destes predicativos ela não é nada nem pode ser forçada por sua época ou por seus intérpretes a ser alguma coisa em específico, sob o risco de tornar-se propagandística e panfletária. Isso faz com que seja

imperativo que se abandone o que se saber sobre a realidade social para poder acessar a verdade fugidia da obra literária. Literatura vai ser entendida como palavra essencial, livre jogo de significados, em oposição a palavra bruta, esta sim presa ao mundo que enuncia e portanto limitada a ele como comunicação e representação. No processo de representar a si mesma, a narrativa constrói este espaço literário no qual está inutilmente livre para representar a si mesma distante do ranço da verdade, de forma não intencional e apenas preocupada com sua capacidade de logro, ou seja, do convencimento do leitor de que mesmo que as coisas não tenham acontecido desta forma descrita elas são narradas como poderiam efetivamente ter acontecido, ou seja, não verdade e sim verossimilhança. O autor do romance aqui tematizado percebe esta relação entre literatura e história da seguinte maneira:

Isto não é uma história. Isto é história. Isto é história e, no entanto, quase tudo o que tenho ao meu dispor é a memória, noções fugazes de dias tão remotos, impressões anteriores à consciência e à linguagem, resquícios indigentes que eu insisto em malversar em palavras (Fuks, 2015, p. 16).

É nesta encruzilhada entre a história recente da América Latina, o trauma pessoal e familiar resultante do terrorismo de estado, a narrativa literária ficcional e as experiências pessoais presentes na obra que vai se desenvolver o romance *A Resistência* de Julián Fuks, ao qual passaremos agora, inicialmente reconstituindo-o em linhas gerais para, ato contínuo, analisarmos alguns de seus trechos à luz das observações teóricas que traçamos acima.

4 O ROMANCE A RESISTÊNCIA

A obra de Fuks narra o percurso de sua família desde a Europa: a parte materna, católica e espanhola se encontra na Argentina com a origem paterna, de judeus alemães que adaptam a grafia do sobrenome no período em que passaram pela Romênia e que migraram para a América do Sul em função do antissemitismo que resultaria no Holocausto dos judeus na Segunda Guerra Mundial, o que já inscreve a barbárie histórica na trajetória familiar e que se repetiria novamente por conta da Ditadura Argentina, o que dá origem a narrativa do livro enquanto pós-ficção (Figueiredo, 2023). Por este motivo, a escrita é fragmentária, lacunar, traumática e íntima. A narrativa vai se desenvolvendo ao redor da relação entre os irmãos na qual um irmão, filho biológico, vai tentando colocar em palavras a violência inominável que resulta em sua vida da maneira mais prática e evidente, a de ter um irmão adotado. Nas palavras de Figueiredo:

Esse romance da era da pós-ficção aparece como testemunha do nosso tempo, testemunha dos horrores vivenciados por tantos humanos que perderam sua humanidade nos porões dos centros de tortura ou nos campos de extermínio durante a Segunda Guerra. É nesse contexto que o romance se reinventa e se mostra fragmentário, lacunar, um puzzle em que faltam peças, em que enigmas não são resolvidos de maneira a tranquilizar o leitor (Figueiredo, 2023, p. 4).

Narrativas como esta não apenas recontam uma história, senão igualmente servem como uma profunda reflexão do seu tempo e das tensões que se desenvolvem dentro destes contextos representados, de maneira que não exista uma verdade ou uma solução para o que o enredo apresenta. O autor está o tempo todo titubeando, questionando igualmente o seu fazer de narrador, perguntando-se sobre a pertinência de suas palavras, sobre o significado daquilo que ele espontaneamente recorda para colocar no papel, conforme se pode entrever no trecho que segue:

Não se depreende desta observação desnecessária, ao menos por enquanto, a minha ingenuidade: sei bem que nenhum livro jamais poderá contemplar ser humano nenhum, jamais constituirá em papel e tinta a sua existência feita de sangue e de carne. Mas o que digo é algo mais grave, não é um formalismo literário: falei do temor de perder meu irmão e sinto que o perco a cada frase (Fuks, 2015, p. 16).

A narrativa avança para a perseguição política de amigos e colegas de trabalho dos pais do narrador em Buenos Aires, o que obriga a fuga do casal com o bebê adotivo de seis meses para o Uruguai e posteriormente para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, onde os pais, psicanalistas, vão lentamente se adaptando ao novo contexto, sem nunca conseguir se desvencilhar completamente das memórias, e dos traumas, do lar do qual foram exilados. Dessa forma, o narrador avança de forma tateante, em uma tentativa de ao mesmo tempo recuperar a veracidade dos acontecimentos e também ficcionalizando-os para poder torná-los mais suportáveis à memória, o que leva, de forma autoconsciente e autocrítica, a continuidade de uma narrativa vacilante, incerta e angustiada (Figueiredo, 2023). Esta angústia plena de incertezas vai arrastando consigo o leitor que percebe na narrativa uma tentativa de luto, de organização e preenchimento das lacunas que a violência da ditadura causou na história familiar. E a narrativa já começa com uma pesada reflexão sobre o estigma e o embaraço que a condição de adotado causa na relação fraterna:

Meu irmão é adotado, mas não posso e não quero dizer que meu irmão é adotado. Se digo assim, se pronuncio esta frase que por muito tempo cuidei em silenciar, reduzo meu irmão a uma condição categórica, a uma atribuição essencial: meu irmão é algo [...] A opção que resta é a mais pronunciável; entre as possíveis, é a que causa menos inquietação, ou a que melhor esconde. Meu irmão é filho adotivo. Há uma tecnicidade no termo, filho adotivo, que contribui para a sua aceitação social. [...] Se a inquietude continua a reverberar em mim, é por que ouço a frase também de maneira parcial – meu irmão é filho – e é difícil aceitar que ela não termine com a verdade tautológica habitual: meu irmão é filho dos meus pais. Estou entoando que meu irmão é filho e uma interrogação sempre me salta aos lábios: filho de quem? (Fuks, 2015, p. 4-5).

Aqui se inaugura a dificuldade que vai permear a narrativa toda, a saber, a questão da origem e das circunstâncias de nascimento deste irmão adotado, deste que está simultaneamente dentro da família, pois foi aceito e amado e acolhido, e fora, pois se sabe, por mais que se tente silenciar, por mais que o embaraço social evite que se mencione o assunto,

se sabe que vem de um outro lugar, de uma outra origem, desconhecida, silenciada na mesma medida que é imaginada, e que denuncia o embaraço não apenas de uma família e sim de uma sociedade inteira, que permitiu, que se desenvolveu de maneira a normalizar o processo através do qual uma mulher grávida é presa e tem seu filho sequestrado, como podemos ver na lúgubre descrição do autor:

Não quero imaginar um galpão amplo, gélido, sóbrio, o silêncio asseverado pela mudez de um menino franzino. Não quero imaginar a mão robusta que o agarra pelas panturrilhas, os tapas ríspidos que o atingem até que ressoe o seu choro aflito. Não quero imaginar a estridência desse choro, o desespero do menino em seu primeiro sopro, o anseio pelo colo de quem o receba: um colo que não lhe será servido. [...] Se não quero imaginar um menino como a ruína de uma mulher, também não posso imaginar como a salvação de uma outra família, da família que seria a minha, salvação descabida que jamais deveriam lhe pedir (Fuks, 2015, p. 6, 7).

Este trecho testemunha, além da violência, a dimensão do desamparo que permeia a narrativa como um todo. Talvez um dos traços mais pesados dessa narrativa seja a presentificação de uma ausência, ou seja, a maneira como o indizível se insinua por trás das palavras, fazendo do silêncio não apenas a ausência de barulho e sim a dimensão na qual toda palavra deve calar porque não há recurso na linguagem que possa dar conta da monstruosidade do acontecimento. Percebe-se aqui uma dimensão estendida da violência de estado, ela, como bem coloca Benjamin em suas teses sobre história, pratica um silenciamento e um apagamento, ela destrói o passado e com a inviabilidade do passado ela compromete a perspectiva de futuro de suas vítimas. No trecho acima está exposta a frieza violenta do ato, no anterior o peso da lacuna que jamais será preenchida, a narrativa de um passado. Mas a violência do estado de exceção atinge também aqueles que ainda não nasceram, como o próprio narrador, que nos conta que sua mãe foi incapaz de engravidar enquanto o casal ainda estava na Argentina, conforme o trecho a seguir:

Não posso imaginá-la, porém, recebendo a notícia da morte do feto, a morte do filho que tinha nome, já tinha cama, teria em breve um lugar à mesa, não posso ou não quero imaginar seu sofrimento. Por uma semana ela ainda teve que carregar o filho inerte em sua barriga, numa vagarosa despedida de tudo o que era ou poderia ser, do menino ou do projeto de menino, do filho ou de sua quimera. Uma vagarosa despedida culminando no parto mais triste que se possa conceber, o parto de um filho morto, ou do desejo agora morto de parir um filho (Fuks, 2015, p. 85).

Isso termina por tornar ainda mais insustentável a circunstância do filho adotivo, que será peça chave na tentativa de resistência desta família às circunstâncias de perseguição e violência. Mas esta centralidade do filho se dá a um custo demasiadamente oneroso não apenas para ele mesmo como também para o grupo familiar como um todo. O trecho a seguir ilustra bem esta circunstância:

Se não quero imaginar um menino como a ruína de uma mulher, também não posso imaginá-lo como a salvação de uma outra família, da família que seria a

minha, salvação descabida que jamais deveriam lhe pedir. [...] Como transmitir a importância daquele fato, com a seriedade que o assunto exige, sem lhe atribuir um peso desnecessário, sem transformá-lo num fardo que o menino jamais poderia carregar? (Fuks, 2015, p. 7, 8).

Claro que o filho adotado sofre a circunstância, mas não isoladamente. O narrador deixa claro que esta necessidade de silenciamento, tanto em âmbito pessoal quanto social, atinge a família como um todo, tornando a convivência familiar uma delicada rede de não ditos, subterfúgios, metáforas, num esforço cotidiano de esquecimento de uma lembrança que sempre retorna porque está inscrita na carne, no corpo, no trauma individual, familiar e coletivo da história argentina e latino-americana. Não espanta que seja tão dolorido e traumático lidar com estas feridas do passado a ponto de vários setores da sociedade, e não apenas os algozes, preferirem tampar esta dor com um eloquente silenciamento, conforme ilustra o trecho a seguir:

Às vezes, no espaço de uma dor cabe apenas o silêncio. Não um silêncio feito de ausência das palavras: um silêncio que é a própria ausência. [...] Nas páginas desse discurso conheci algo mais: a atrocidade de um regime que mata e que, além de matar, aniquila os que cercam suas vítimas imediatas, em círculos infinitos de outras vítimas ignoradas, lutos obstruídos, histórias não contadas - a atrocidade de um regime que mata também a morte dos assassinados (Fuks, 2015, p. 61, 65).

Aqui podemos perceber a maneira como a narrativa individual e familiar pode dar conta de apontar os indícios de um trauma social e coletivo. Os trechos do livro que descrevem as instalações da sede das Mães e das Avós da Praça de Maio parecem mostrar a maneira através da qual o narrador consegue estabelecer a conexão entre o fato histórico, distante e objetivo, e sua experiência familiar, subjetiva e visceral. Dar-se conta da ubiquidade desta violência na sociedade argentina amplifica o drama doméstico, sem de maneira alguma diminuí-lo. Talvez o contrário, se mesmo ali, no seio de uma família esclarecida, de psicanalistas, com suporte e recurso para verbalizar as questões que angustiam, se mesmo ali o acontecimento atroz não pode ser narrado, se torna esmagadoramente inconcebível imaginar o peso deste trauma para as infinitas famílias atingida e que não dispõem deste mesmo arcabouço de recursos.

Em diversas passagens da narrativa é tematizada a agressividade imprecisa deste filho adotado, revolta contra a sua circunstância, contra os pais que não puderam acolhê-lo, contra um período histórico que lhe roubara a família biológica, a identidade, o passado e a possibilidade de narrar a si mesmo, constituindo-se na encruzilhada da história como literatura e também como linguagem, revolta contra este vazio que lhe constitui e que se manifesta como hostilidade a família que o acolheu e contra si mesmo, como se uma vida marcada desde antes de seu nascimento pela violência só tivesse na própria violência, mesmo como hostilidade velada ou tendência a autodestruição, sua única forma de habitar o mundo e de expressar o seu vazio. Aqui temos um exemplo dessa violência:

E então, numa madrugada qualquer, enquanto todos dormimos solenemente, quiçá esquecidos enfim de sua ausência, meu irmão chega de onde quer que estivesse e bate o carro com força contra a calçada da casa, contra a grade, contra a casa. [...] Não foi nada grave, a casa está firme, o carro só amassou na frente, meu irmão está apenas dormindo, mas caberá dizer que está tudo bem? Bater o caro contra a própria casa: quem esquivará de reconhecer esta raiva, quem deixará de ouvir tão estrondoso apelo? (Fuks, 2015, p. 94).

E este apelo é ouvido, e não apenas ouvido como narrado por este irmão, pois, por mais que se tente silenciar, esta é uma característica da resistência como conceito psicanalítico, o silenciamento só se dá sobre aquilo que precisa desesperadamente ser dito, da mesma maneira que a repressão só ocorre sobre aquilo que é intensamente desejado. O capítulo 42, talvez o ponto central da obra, é o momento no qual aquilo que estava trancado na garganta, imobilizando a família, desponta e vem à tona de forma torrencial, como podemos perceber no trecho a seguir:

Vocês falam demais, falam demais e não veem [...] ele lançou sua frase intempestiva, como quem lançasse uma granada ou uma maçã argentina. [...] Não conseguem entender o que é viver essa solidão terrível, solidão absurda porque cercada, amparada, perseguida. [...] vocês não sabem o que é querer se destruir. [...] Sobre isso você deveria escrever um dia, sobre ser adotado, alguém precisa escrever (Fuks, 2015, p. 102-105).

Aqui o irmão reconhece o nó que lhe angustiava, o desvela, põe às claras alho que todos sentiam mas ninguém tinha coragem de tematizar, mostrando como grandes vazios são formados pelo acúmulo diário de pequenos silêncios. Mas não faz apenas isto, ele igualmente cria a demanda ao irmão narrador, de que fale sobre esse vazio, fale sobre essa ausência, preencha o vazio com o esforço significativo da linguagem, use a narrativa literária não para denunciar a verdade histórica, e sim para reparar a quebra de sentido que o mundo e os acontecimentos perpetraram sobre este sujeito e que reverberaram, como as ondas em uma lago, por círculos concêntricos em sua família, na sociedade argentina, na América Latina e na história recente ainda não de todo livre das mesmas ameaças que dão o impulso inicial a esta narrativa sobre o inenarrável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Romance *A resistência* de Julián Fuks aborda o trauma coletivo da ditadura militar argentina a partir do particular de sua narrativa sobre um irmão que tenta entender e colocar em palavras a dimensão do vazio de seu irmão mais velho, adotado após ter sido retirado de sua mãe, presa política por este regime de exceção e vítima de seu terrorismo de estado. O desenrolar da narrativa, tão lacunar e angustiante quanto o tema sobre o qual se dedica, dá conta da tentativa de circunscrever na linguagem, quase como um processo analítico, o imenso vazio dos personagens e os silêncios que compõem as suas interações. A família e suas circunstâncias permitem que se possa perceber que toda construção de identidade, seja

individual ou coletiva, se faz de um processo de narrativa de si que é ao mesmo tempo uma autoanálise e uma forma literária de se construir, uma forma quase poética, se remontarmos à etimologia. Isso implica que saber de si é na verdade fabular de si, pois quem não se pensa não se narra, e nesse hiato se vê privado das referências de constituição subjetiva, e é justamente desta lacuna narrativa que o filho adotado padece, ele não tem um passado, a exemplo da narrativa da mitologia familiar e suas origens espanholas e alemãs narradas de forma tão imprecisa quanto costumam ser as fabulações no capítulo 10, ele não dispõe dessas referências de passado e, privado de seu passado, ou pior, podendo apenas imaginar sua origem sob o signo da violência, não tem como pensar de si e elaborar a fabulação de um futuro que não seja marcado pelo processo insólito da autodestruição.

O texto de Fuks é muito pertinente em um período no qual os ventos do fascismo e dos regimes de exceção sopram renovados, e o ovo da serpente, pra usar a expressão de Brecht, chocado no esquecimento e no apagamento histórico, ameaça a cada dia eclodir mais uma vez. Insistimos que a narrativa dá conta da dimensão do silenciamento, neste caso de uma violência de estado contra uma mulher grávida que ocasiona a adoção de um filho e as sequelas disso para todo um núcleo familiar. Mas esta mesma lógica de silenciamento se opera em diversas outras instâncias e contextos, se retomarmos as reflexões de Benjamin sobre a história, perceberemos como se encaixam aqui os silenciamentos dos povos originários, dos escravizados, das mulheres, bem como um número incontável de outros epistemicídios cotidianos e chamados de marcha do progresso, de desenvolvimento, de política de estado e defesa das tradições, entre muitos outros recursos retóricos nem sempre tão sutis.

Claro que o um romance que aborde esta temática sempre poder ser pensado e interpelado enquanto documento histórico e narrativa autobiográfica, mas, acompanhando Jacques Rancière e Maurice Blanchot, preferimos pensar que não é aí exatamente que reside sua força argumentativa e sua potência literária, e sim na maneira visceral e sincera através da qual o autor aborda estas feridas que, apesar de históricas, ecoam no cotidiano íntimo e na história familiar de quase a totalidade dos sujeitos latino americanos, a despeito inclusive da consciência que eles possam ter ou não desta sua condição sócio-histórica específica. O texto de Fuks é lacunar e caótico porque a vida que ele relata o é igualmente, e saber se os personagens e acontecimentos foram exatamente assim como ele descreve não contribui em nada para a grandeza do livro, senão que ajuda apenas a evidenciar a estreiteza daqueles que, a partir da malícia da pergunta, tentam relativizar a gravidade dos acontecimentos narrados.

O texto é, portanto, exatamente aquilo que seu título não define, uma encruzilhada entre a delicadeza da subjetividade psicanalítica e a truculência da facticidade histórica ou, em outras palavras, um mergulho abismal nos processos através dos quais acontecimentos históricos são sempre dramas familiares, dando rosto e nome aqueles esquecidos e silenciados pela história

como acúmulo de ruínas e coleção de violências. E é ao mesmo tempo igualmente um alerta, para que aquilo que ainda não foi devidamente elaborado porque se faz de um abismamento indizível seja impedido de retornar, o que já figurou outrora como impossibilidade distópica e hoje é novamente uma possibilidade real. Ainda que assustador seja, devemos reconhecer que talvez a história também tenha as suas compulsões à repetição, épocas em que aquilo que deveria ser recalcado retorna dos esgotos aos quais havia sido banido.

REFERÊNCIAS

ASPIS, Renata Lima. Um ensino de Filosofia e resistência política e (des)governamentalidade e subversões. *Educação Em Revista*, v. 12, n. 1, 2021, p. 169–180. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/1546> Acesso em: 16 jan. 2023.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. in: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 241-252.

BLANCHOT, Maurice. *O Espaço Literário*. [L'espace littéraire.] Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BOSI, Alfredo. *Narrativa e resistência: Itinerários*. Araraquara, n. 10, 1996, p. 11-27. Disponível em: <https://bit.ly/3aV4Nvu>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CHEMAMA, Roland. Resistência. In: CHEMAMA, Roland. *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COMPANHIA das Letras. *Julián Fuks*. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=03491> Acesso em: 16 jan. 2023.

EXAME. *Número divulgado de vítimas da ditadura argentina gera polêmica*. Disponível em: <https://exame.com/mundo/numero-divulgado-de-vitimas-da-ditadura-argentina-gera-polemica/> Acesso em: 16 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Eurídice. A resistência, de Julián Fuks: uma narrativa de filiação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 60, p. 1–8, 2020. DOI: 10.1590/2316-4018605. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/30795>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUKS, Julián. A era da pós-ficção: notas sobre a insuficiência da fabulação no romance contemporâneo. In: DUNKER, Christian et al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 73-93.

FUKS, Julián. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FUKS, Julián. *Sofri perseguição bolsonarista e ameaças de morte, em suposta defesa da paz*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julian-fuks/2022/09/03/sofri-perseguido-bolsonarista-e-ameacas-de-morte-em-suposta-defesa-da-paz.htm> Acessado em: 16 jan. 2023.

HIRSCH, Marianne. The generation of postmemory. *Poetics Today*. Durham, n. 29, p. 103-128, mar. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2wX5bLq>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. Resistência. In: *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. Se é preciso concluir que a história é ficção. Dos modos de ficção. In: RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 52-62.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana et. al. (Coord.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SILAS FILHO, Paulo. *O Direito pela literatura*. São Paulo: Tirant Brasil, 2019.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

Idioma original: Português

Recebido: 12/07/23

Aceito: 05/01/25